



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

09 de novembro de 2010 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Projeto da Nova Rede de Abastecimento de Água do Parque Anhangüera - (processo de nº 2010 - 0.170.535 - 8);
- II. Deliberação sobre Complementação do Parecer de Contratação de LEPAC – Levantamento Planialtimétrico Cadastral para Ampliação da área verde de visitação pública do Parque Anhangüera - (processo de nº 2010 - 0.170.531 - 5);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de entrega Voluntária – EcoPonto Voith – Para Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – (Processo nº 2008 – 0.279.815-9);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre proposta de programa de Educação Ambiental no Parque Rodrigo de Gásperi - (processo de nº 2010 - 0.250.531 - 0);

Anexos:

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 - 0.170.535 - 8;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 - 0.170.531 - 5;

Parecer Técnico do Projeto nº 2008 – 0.279.815-9;

Parecer Técnico do Projeto nº 2010 - 0.250.531 - 0;



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

Sr. Diogo: Tenho uma previsão de 300 dias corridos para esta obra, com fiscalização do SIURB e acompanhamento do DEPAVE I. Temos o CRAS – Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, e como essa intervenção é muito grande e complexa, foram divididas em sub-intervenções. Temos a obra das edificações, que já está em andamento desde 2009, com prazo de término para março do ano que vem. Temos uma contratação complementar às edificações que seriam o paisagismo, o cercamento, a portaria de entrada e toda a infra-estrutura necessária externa das edificações. O projeto está sendo desenvolvido no DEPAV I, para a obra ser contratada logo após o término das edificações. Nós temos também o sistema de tratamento de afluentes para o CRAS. É um Projeto que acabou de ser contratado numa licitação que ocorreu agora, em setembro e outubro. Tanto nas edificações do CRAS, como no sistema de tratamento de afluentes estão se utilizando recursos do Crédito de Carbono. O viveiro de mudas arbóreas, o novo equipamento aqui do Parque Anhanguera, também é um projeto que foi contratado agora, com uma licitação que ocorreu agora nesse segundo semestre. A previsão de duração desse projeto é de cento e vinte dias, mais ou menos. A previsão de recebimento desse projeto é para março do ano que vem. Para fazer acesso a esses dois novos equipamentos, tanto o CRAS como o Viveiro, nós temos uma via interna do Parque (Via Maria Trindade). É uma rua de terra batida, que está sofrendo bastante erosão. Estamos contratando um projeto de licitação de pavimentação dessa via, com blocos de entrelaçado (?) e pavimento permeável. E que também implante toda uma estrutura necessária para o funcionamento desses dois equipamentos, do Viveiro e do CRAS. Esse projeto está em fase de contratação, a licitação está ocorrendo e utilizando recursos do crédito de carbono. O assunto geral da pauta é a rede geral de abastecimento de água do parque. Em outra apresentação que o Ramiro havia feito no início desse segundo semestre, ele explicou sobre a situação da rede de água, quais eram as soluções do DEPAV I, depois de pesquisar muito ele encontrou meio para solucionar os problemas atuais da rede. Ele explicou que deveríamos dividir em duas contratações diferentes, de acordo com os objetos a serem contratados. Então nessa linha de cima, de contratação e de avaliação e manutenção do posto existente, é uma contratação de licitação que ocorreu agora, no segundo semestre. Uma empresa já foi contratada. Estamos aguardando o CIURB dar a ordem de início dessa contratação. O escopo dessa contratação é fazer a manutenção do poço no parque, que sofre bastante com o escorregamento de terra lateral. Estamos na eminência de perdê-lo. O relatório de avaliação da área do parque seria uma decisão de perfuração de um novo poço para se ter mais um ponto de captação de água no parque. Faz parte dessa contratação a perfuração de um segundo poço. E a análise de água nos pontos de captação e de consumo, para verificarmos a situação dessa rede existente. Na realidade essa primeira contratação irá dar todos os subsídios necessários para se desenvolver o projeto de uma nova rede de abastecimento de água. Esse projeto, que é a pauta de hoje, é esta segunda linha que está em amarelo. Contratação de projeto básico completo de nova rede de abastecimento de água. Uma contratação de serviço de projeto para uma nova rede de água. Vou explicar, depois eu volto. O que faz parte do escopo dessa contratação? Um relatório da avaliação da rede existente para saber, de fato, como está a rede de água existente. Temos informações do administrador do parque, que muitas estruturas como a caixa d'água, algumas tubulações estão em uma situação tão precária, que estão impossibilitadas de serem reformadas. No entanto, são opiniões adversas. Precisamos de um relatório com respaldo técnico de um engenheiro, que nos dê um parecer, dizendo que tal estrutura precisa ser reformada ou tal estrutura precisa ser demolida e ser construída uma nova. Então, o primeiro produto dessa contratação seria um relatório da rede existente, em seguida um estudo preliminar, que leve em conta o que pode ser aproveitado da rede existente. E leve em conta também os dados da primeira contratação, que vão dizer quais são os pontos de captação de água que estão contaminados e os que não estão. A vazão de cada um deles, enfim. Todos os dados técnicos que temos disponíveis na água. Com base nessas informações, um estudo preliminar. O traçado inicial nessa rede, que está um pouco claro... Essa planta ficou um pouco confusa. Mas demos uma diretriz inicial de como deveria funcionar essa nova rede. A idéia é que tenhamos um ponto de captação aqui, onde já temos um poço existente. Aqui há outra área possível, potencial para termos o segundo poço, um segundo ponto de captação. A idéia é que esta água seja bombeada por uma caixa d'água central em um ponto mais alto e, dela, a água vá por gravidade para os pontos de consumo. Amenizaríamos o gasto energético, pois bombearia apenas de dois pontos a água já captada por uma caixa d'água central, e dela por gravidade – já abasteceríamos todos os outros pontos de consumo. E tanto os já existentes, que não tem nenhum problema de contaminação ou insuficiência, quantos os novos pontos de consumo que são esses novos equipamentos que estamos implantando, o viveiro, o colégio de marcenaria e o CRAS. Faz parte do escopo de contratação o plano altimétrico dessas linhas que irão passar essa rede de drenagem, para podermos verificar desvio da vegetação, vencer obstáculos naturais. Há sondagens, ensaios e o projeto básico completo de toda essa rede nova. São as tubulações, as novas estruturas de caixa d'água e de armazenamento. Só para terminar esta tela, o nosso orçamento referencial para essa contratação, com base na última tabela de SIURB de julho, é de cento e noventa e um mil e cento e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos. O prazo de execução é de cem dias corridos. Aqui, nas diretrizes, eu já dei uma explicada rápida. Vou falar um pouco das justificativas dessa contratação, que o Ramiro até já havia comentado, mas eu recuperei. A principal justificativa da contratação de uma nova rede de



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

abastecimento seria a situação precária do sistema atual. Temos problemas de contaminação nos pontos de consumos. Não sei se vocês sabem, mas o parque está em uma situação hoje, onde o administrador teve que isolar os bebedouros do parque. Semanalmente, às vezes até mais do que uma vez por semana, foi necessário levar água em galões daqui, da Secretaria, para lá, para ele ter que colocar nos bebedouros, pois a água era imprópria para consumo. O parque está numa situação totalmente crítica. Foi à falta de manutenção periódica que ocasionou grande parte desse problema. Não devemos dizer que não vai ter manutenção, pois vai ter. Incluímos no nosso memorial de projeto que o projeto dessa nova rede tem de levar em conta encontrar um equilíbrio entre propor uma rede com uma menor manutenção possível, pois nós sabemos que isso é difícil no poder público. No entanto, tem que se tomar cuidado em não propor soluções. Tem muito projetista que propõe automatizar isso e aquilo, contando que isso tenha menos manutenção diária. Isso é um problema para nós, um equipamento específico para aquela automatização. Demoramos um ano para licitar e conseguir comprá-lo novamente. Descrevemos no memorial do relatório e devemos tomar muito cuidado para encontrar esse ponto de equilíbrio entre o que o mercado chama de menor manutenção possível e o que é realidade dentro do poder público. De qualquer forma, que se exija menor manutenção dos materiais que ela vai adotar do que a rede atual, pois se exige muita manutenção. Existe um sistema onde se liga a bomba da caixa d'água, e quando ela enche temos de desligar o registro. Esse é um tipo de sistema muito desatualizado, pensado para uma demanda que não existe mais, muito menor do que a que temos hoje. O parque cresceu, a demanda cresceu e a rede não acompanhou isso. Temos o colapso de algumas estruturas, a do próprio posto, por exemplo. Insuficiência no abastecimento de água de alguns pontos no parque. Os problemas constantes de manutenção emergencial. Temos uma situação em que não temos rede da SABESP de abastecimento de água naquela região. A SABESP já foi consultada, há alguns anos atrás, para verificar a viabilidade de estender a rede dela para abastecimento do parque. Mas naquele momento a discussão foi a de quem teria que arcar com o custo dessa rede seria a própria Secretaria, e seria exigido um custo muito grande. Naquele momento, há cinco anos atrás, nessa consulta, vimos que não haveria recurso. Manteve-se então o abastecimento com a água do próprio parque com o poço. Quando retomamos durante o ano essa discussão em relação à rede de água, voltamos a considerar essa hipótese, mas avaliamos que do ponto de vista de sustentabilidade do parque, se ele conseguisse captar a água que usa do próprio local fazendo a destinação dessa água depois de utilizada, re inserindo e infiltrando a própria água no local e tratando o esgoto, seria muito mais interessante do que entrarmos com uma obra para estender a rede da SABESP até lá. Teremos um ganho com isso utilizando a água do próprio local que tem potencial para tanto. Ficamos livres de pagar a conta de água, que seria um custo muito grande para nossos parques. Por conta disso resolvemos adotar esse caminho, utilizar a água do próprio local. Vou falar, de forma rápida, dos objetivos dessa nova rede de água. Suprir a demanda atual do parque, que hoje não é suprida. Suprir uma futura demanda, que irá crescer com a inauguração de novos equipamentos, como o CRAS, que já está em obras hoje. Há algo que não comentei: sobre as obras de edificação do hospital veterinário, para virar cimento, a água que é usada na obra é do próprio parque. Para o uso dos funcionários, o banho e consumo a empresa tem que levar caminhões pipas para o local. É mais um ponto que justifica a situação muito crítica da rede de água atual do parque. Com a inauguração desses novos equipamentos a demanda do parque irá crescer bastante. É preciso repensar sobre a rede distribuição de água. Precisamos pensar nessa nova rede de consumo, muitas vezes possível de ser ligada a rede de consumo atual. Implementar alternativas na captação de água visando uma auto suficiência do abastecimento de água e uma maior eficiência na distribuição dos recursos. Um dos pontos da contratação... Para nós é complicado fazer esse enlace com todas as contratações, mas estamos trabalhando firme para isso. Conseguir fazer a conexão de redes de água do parque, que é esse objeto, com a rede de água dos equipamentos e pensando também que os equipamentos vão ter sistema de aproveitamento de água de chuva. Durante esse trabalho, pensando como será conectado, verificamos que nessa rede de abastecimento geral seria mais inteligente a previsão o abastecimento de água potável que é retirado dos postos do parque. Nos equipamentos como o viveiro e no CRAS teriam a captação de água de chuva, e no projeto desses equipamentos específicos nós teríamos o projeto das estruturas de caixa d'água e redes de reutilização de água de chuva e filtragens. Um pouco como separamos esses escopos, fica complicado, temos que estabelecer um certo limite nos projetos para passarmos para os projetistas. Encontramos, dessa forma, um limite, pois o abastecimento da rede de água geral faz o abastecimento de água potável, e no projeto dos equipamentos individuais teríamos o sistema de captação de água da chuva e sua reutilização. Tornar o sistema de abastecimento de água mais eficiente diminuindo o desperdício com vazamentos e implementar sistemas de reuso de água – foi o que eu falei agora. Garantir a reserva de água em todos os pontos onde existem os equipamentos, para garantir água suficiente para combate a incêndios. Temos hoje esse problema no parque, de focos de incêndios, em que a rede de água não chega para suprir essa reserva necessária a tal combate. Quando ocorrem incêndios o Corpo de Bombeiros está sempre pronto para prestar o seu serviço, mas muitas vezes por relatos do administrador, o qual foi consultado bastante, o combate fica dificultado por não termos esses pontos de reserva no parque como



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

deveríamos ter. Em relação à rede de água seria basicamente isso. Antes de passarmos para o próximo ponto, o levantamento planialtimétrico. Se vocês tiverem alguma dúvida e quiserem discutir.

Sr. Rubens: Fica aberto para perguntas, caso algum Conselheiro queira esclarecer alguma dúvida. Passaremos para o levantamento planialtimétrico e depois discutiremos os projetos. Assim liberamos o Diego para a sua reunião. Vamos ver se discutimos a aprovação dos projetos ou não. Algum Conselheiro tem comentários a fazer?

Sra. Monica: Bom dia, sou Mônica Borba do Cinco Elementos. Quero saber se a água de chuva vocês vão usar para descarga. Não dá mais para usar a água potável. Deveríamos fazer um esforço nesse sentido para usar água de chuva. Aqui em São Paulo temos uma água que tem que se tratar muito, eu comecei a captar a água de chuva na minha casa e realmente é uma tristeza – a poluição atmosférica que temos na nossa cidade dá medo. Deveríamos ter projetos de inovação, eu vejo um esforço da área técnica. E temos que contratar pessoas para isso. Não podemos usar água potável para descarga. Para mim, hoje, é inconcebível. Você disse para se usar nos viveiros. Eu queria fazer uma ressalva em relação a isso. Se quisermos usar a água de forma mais adequada, deveríamos ir mais nessa área de planejamento e de fluxo, para mudarmos mais um pouco isso. Eu acho um absurdo usar água potável para descarga. É isso.

Sr. Diogo: Concordo totalmente com você. Como podemos solucionar esta questão? Temos várias intervenções e cada uma delas em um ponto. Nesta equipe atual do DEPAV I, eu e o Ramiro as pegamos já começadas. Como vamos solucionar isso? As intervenções que já estão em obras, por exemplo, a implantação do hospital veterinário, essa intervenção já havia sido contratada. Já foi começada a ser construída. Infelizmente, eu também acho um absurdo. Mas não foi previsto sistema separado, irá ser usado um sistema convencional. Os novos projetos, como o do viveiro de mudas, que é um projeto que contratamos agora, faz parte do escopo do projeto do uso sustentável da água, da reutilização da água de chuva, da captação, da filtragem e do duplo sistema para descarga, sistema de lavagem e tudo mais. No caso do hospital veterinário, qual foi a solução encontrada? Como temos uma sub intervenção, pois chamo de sub porque temos uma intervenção maior, a implantação de um hospital veterinário, temos várias ações maiores para implantação do hospital veterinário. Uma dessas ações como eu já falei, a obra das edificações já está em andamento. Nessa, infelizmente, não podemos mais mexer. A segunda intervenção a ser contratada, fomos nós que desenvolvemos o projeto, paisagismo e cercamento. Essa diz respeito à área externa. Nessa, tentamos e faz parte do escopo da contratação da obra a reutilização da água. Nessa você tem o telhado, cai a água da chuva tem uma calha que recolhe esta água indo para uma caixa. Teremos uma caixa que juntará toda essa água que será colocada em uma rede e ir para uma caixa de água de reuso. No CRAS não iremos ter um sistema duplo de descarga nas edificações, mas iremos ter um sistema de água de reuso externamente. Na lavagem externa dos recintos, para lavagem de pisos iremos ter uma rede inteira de água de reuso. Foi o máximo que conseguimos chegar, frente a uma intervenção que já havia começado. Essa caixa d'água que irá receber água de chuva ainda está sendo projetada. No CRAS a área projetada de telhado é bastante grande, e o volume de água também. Essa água, provavelmente, na sua maioria será usada no viveiro de mudas. Como ele está numa cota mais baixa, essa água irá descer por gravidade. Então a água de chuva captada no CRAS será usada na lavagem dos recintos do próprio CRAS e no viveiro de mudas. Porque lá você terá a água que desce do CRAS e assim ter a água do próprio viveiro. Lá você terá a água para uso do duplo sistema para a própria edificação do viveiro. E também para a irrigação das mudas. O que buscamos sempre colocar em todas as contratações é que esses os sistemas devem ser todos interligados e ter uma maleabilidade de fluxos. Não estamos encarando, por mais que haja contratações separadas. Aqui é o CRAS, aqui o viveiro e o hospital veterinário. Temos uma grande célula e suas subdivisões, mas elas podem funcionar interligadas. Precisamos tomar cuidado, pois se captamos a água no CRAS, ela tem que ter uma conexão com o viveiro; caso não seja utilizada toda lá ela pode ser utilizada no viveiro. E no viveiro da mesma forma. Por ser um projeto novo, essa água de reuso será tanto para a irrigação, como também na edificação. Por ser um projeto novo podemos pensar em um sistema duplo. Tentamos encontrar alternativas, quando temos já uma intervenção iniciada, não havendo como mudar, como no hospital veterinário. E quando de uma intervenção nova é possível incluímos já no escopo do projeto.

Sra. Mônica : Mas vocês possuem um plano B? O plano A seria usar a água de chuva. Não havendo chuva, portanto, não tem água.

Sr. Diogo: Isso mesmo, as intervenções seriam todas interligadas. Exatamente! Outro dado que teremos seria quanto ao sistema de tratamento de esgoto e dos afluentes do CRAS. Não será uma água passível de ser utilizada. Teremos também uma cisterna para armazenar esta água. Nossa ideia é que também possamos ter interligada essa



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

água de chuva, mas temos algumas restrições, antes de acontecer, com todas as empresas que cotamos a respeito do sistema de estruturamento de afluentes. A maioria dessas empresas disse que, por mais que se coloque – quero um tratamento que no final eu tenha água passível de ser utilizada para tal uso –, ainda assim, mesmo dentro de um parque público, que conta com vários funcionários. Somente será aprovado para utilização quando for implementado e começar a ser operado se houver uma análise dessa água. Pode ser que façamos todo o projeto do sistema de tratamento e a água resultante possa não ser juntada com a água de chuva, e passando a não se obter o mesmo nível de pureza. Então tomamos cuidado em ter o sistema de forma independente, mas que seja interligado para que tenhamos essa possibilidade de se suprir uma coisa ou outra. Como você mesmo disse, não chovendo teremos que lavar os recintos do mesmo jeito. Não podemos ter somente a água de chuva para abastecer esses recintos, temos que ter uma rede paralela para água potável. Em todo esse sistema temos que tomar muito cuidado na implantação, verificando o seu funcionamento. E, posteriormente, teremos que ter uma grande ação de educação ambiental de todos os funcionários. Não adianta termos uma rede paralela, uma de água de reuso e outra de potável se o funcionário que lavará o recinto não souber a diferença entre elas. Acabará sempre ligando a mangueira na de água potável. Todo esse trabalho terá que ter fases dentro do projeto e obra. Principalmente na fase de esclarecimento para todos os funcionários do parque – desde a diretora até a pessoa que lava o recinto, para se operar de forma eficiente. Não sei se respondi a sua dúvida ou se falei demais.

Sra. Mônica: Não, eu faço uma recomendação para se pensar na vazão. Dos projetos que tenho visto nessa área, tem existido erro na vazão. Às vezes, achamos que vem cinquenta pessoas por dia e que serão dadas cinquenta descargas. Elas dão três por dia, então são cento e cinquenta descargas. É necessário verificar melhor o fluxo no final. Pensamos muito em fluxo contínuo, nunca cuidamos do resíduo localmente. Fica um desafio para as pessoas pensarem na vazão do esgoto mesmo.

Sr. Diogo: No sistema de tratamento de esgoto do CRAS fomos fazer um sistema de levantamento de dados, junto ao DEPAV III que participa do projeto. Quando perguntamos quantas pessoas irão trabalhar, qual a frequência de uso, ficou muito incerto em relação ao espaço. Tomamos muito cuidado para entender o que eles estavam falando, até mesmo dobrar. Colocamos um coeficiente de segurança que faz parte do cálculo. Porque nesses casos é muito comum termos uma área disponível, e por ser uma grande intervenção, utilizando recursos para fazer um modelo, isso não pode ser aquém da demanda. Isso, de fato, não pode acontecer.

Sr. Rubens: Mais alguma questão?

Sr. Rubens: Há uma dificuldade que a Mônica colocou, utilizando o modelo com reuso, com águas servidas. Nós não temos ainda essa cultura, estamos trabalhando um projeto que deve deixar isso claramente, bem visível, sobre o funcionamento desse sistema, para que as pessoas consigam enxergar o que está acontecendo ali. Essa é uma preocupação e uma dificuldade também. Por ser um espaço público, que serve para uma educação ambiental, o projeto deve se preocupar com uma visibilidade do sistema – e por ser um projeto novo que pensa na educação ambiental.

Sr. Diogo: É uma diretriz em todos nossos projetos, não só para o Anhangüera, mas para todos os que temos contratado. Pedimos para que nas edificações e nas estruturas, sempre que possível, todas as redes de abastecimentos e sistemas fiquem expostas e aparentes. De onde vem aquela água, para onde vai? Para dentro desses sistemas diferenciados. Acho que isso faz parte de uma educação ambiental.

Sr. Rubens: Pergunto aos Conselheiros se vamos para a votação ou se o Diogo faz a apresentação seguinte, que é a do planejamento altimétrico do parque. Como estas obras estão ligadas e o expositor é o mesmo, sugiro que continuemos com a apresentação. Então, Diogo, por favor, pode continuar.

Sr. Diogo: Seguindo esta listagem de todas as intervenções previstas no parque, chegamos em uma das mais significativas para a população em torno do parque. Até então, temos falado dos equipamentos que são muito importantes para a cidade e para a Secretaria. Mas são equipamentos que, efetivamente, para aquela população do entorno, não traz ganho nenhum em relação ao lazer. São equipamentos de funcionamento da Secretaria. A reforma de visitação da área pública é uma discussão que, dentro do DEPAVE I, vem ocorrendo há mais de um ano. O Parque Anhangüera, dentro nossa coordenadoria da região norte, é um dos mais discutidos e trabalhados. Tem havido lá diversas vistorias e contatos com a Subprefeitura. Temos aprendido através do contato com a comunidade e do feedback que o administrador do parque tem nos dado e nas reuniões com o Conselho Gestor do parque. A



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

nossa avaliação em relação ao Parque Anhanguera é que ele tem um potencial muito grande, sendo hoje pouco aproveitado esse seu potencial. E isso, considerando um respeito a todas as questões ambientais que o parque apresenta hoje e que ainda pode passar a apresentar. Pensar que ele pode ter um enriquecimento da vegetação e por consequência um enriquecimento da fauna, hoje ele cumpre funções ambientais importantíssimas, pois pode passar a cumprir funções ainda melhores ou maiores, a partir de um enriquecimento. Com a preservação dessas funções ambientais podemos otimizar as funções sociais que ele oferece. Primeiro por conta da localização dele, as rodovias que temos de acesso, a área em que ele está localizado e que se refere não só à região de Perus e Anhanguera, mas à região metropolitana de São Paulo. Ele também recebe muitas visitas de vizinhos do interior, próximos ali da região norte. Ele tem potencial para oferecer para a metrópole, sendo um parque metropolitano. Em discussões sobre esse tema recebemos muitas críticas. Quando falamos nisso muita gente quer transformar o Anhanguera no Ibirapuera. Devastar tudo, encher de construções e de quadras e gramas. E não é isso. O parque pode ser metropolitano, oferecendo uma abrangência, suprimindo, dentro de uma escala metropolitana, sem ter uma característica do Ibirapuera. Ele pode ser muito bem um parque de preservação. Até um termo que uma das pessoas da comunidade usou, que eu nem sei se é correto, mas achei muito interessante, que é um “parque-bosque”. Um parque em que você vai para fazer lazer, para passear. Mas não é um parque de uso intensivo, como seria o Parque Ibirapuera. Dentro desse conceito, que poderia se ter uma preservação maior do que temos hoje, sabemos que podemos otimizar o que ele oferece de equipamento social para a população.

Sra. Mônica: Um esclarecimento: dentro do SNUC o Parque Anhanguera está encaixado em que categoria?

Sr. Diogo: Ele é um parque municipal, um parque urbano.

Sra. Mônica: Natural?

Sr. Diogo: Não é um parque natural. A discussão junto ao pessoal da DUC é que o Parque Anhanguera poderia vir a ser classificado como um parque natural se começássemos, hoje, com um trabalho de enriquecimento. E que daqui cinquenta anos ele estivesse com uma vegetação mais rica, enfim. Hoje ele é considerado um parque urbano.

Sra. Mônica: Hoje, em Mogi, tem o Parque da Serra do Itapeti, e eles consideram o parque, que é municipal, sendo um parque natural. Ele também está dentro do plano de manejo. Agora eu tenho participado até. Temos uma área de recuperação, nós já partimos da base de que ele é. Mesmo que não seja tanto, mas que chegue lá. Temos todo um programa de educação ambiental voltado para isso também, com muitas atividades de formação, cursos, palestras e oficinas, visitas focadas sempre nisso. Eu acho que a cidade aqui carece muito de um espaço assim. Tem mais na zona sul. Quem está na zona norte, leste e oeste não vai para a zona sul, para Parelheiros, para vivenciar isso. Talvez seja estratégico.

Sr. Diogo: Consideramos o Parque Anhanguera não como um parque natural. O que nós queremos é enriquecer aquela vegetação, melhorar a fauna, melhorar as condições ambientais do parque, para ele passar a ser um parque cada vez mais com potencial para virar um parque natural, com um máximo de preservação. Além disso, em função de sua localização, da área que possui e das características dentro de sua área, ele pode ser um parque misto. Ele pode ter uma área que funcione como espaço urbano, que possua equipamentos sociais, e pode também ter uma área, que é a imensa parte dele, com uso restrito para sua preservação. Um pouco em função dessas considerações começamos a estudar, vendo no mapa a área em laranja. Essa é a área para a visitação pública hoje. Apesar de lá não ter nenhuma cerca, nada delimitando essa área. Hoje essa área é onde temos vários equipamentos em que as pessoas acessam e usam o parque. Ela corresponde a este contorno aqui. Este contorno é a localização da ciclovia hoje, ela faz mais ou menos o limite da área de acesso de uso público. Partimos da área de acesso público e começamos a estudar toda a região ao redor, fizemos uma análise da ocupação dessa área. Isso pensando em um diagnóstico ambiental, desse trecho, dessa gleba do parque. O estudo da altimetria que nós temos é dos pontos com maior declividade, de áreas muito mais frágeis. Em amarelo temos as áreas um pouco mais planas ou menos inclinadas, onde se localiza a área de visitação pública hoje – é uma identificação de toda cobertura vegetal e de todo este trecho. Isso tudo foi feito com o pessoal do DEPAV 8, o pessoal do herbário e do DEPAV 3, da fauna, para identificarmos esses limites dentro do parque. Cruzando todos esses dados, chegamos neste mapa que é uma visão do DEPAVE I de todas essas informações, mostrando todas as áreas com maior restrição de ocupação. Um potencial com uma exigência maior de preservação e as áreas com potencial maior de uso, isso não quer dizer devastar para construir quadras. Estamos falando de acesso e de uso público. Ainda não estamos qualificando que tipo de uso e de acesso é esse. Quais são as áreas que teria uma preservação, mesmo tendo uso e acesso público? Aqui, em roxo



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

mais escuro, são as áreas que não têm potencial de uso, são restritivas as ocupações. São áreas de preservação máxima, intocadas. Depois, em roxo médio, na verdade uma graduação até chegar ao amarelo, que seriam áreas onde já temos equipamentos. As áreas em que temos intervenções com trilhas abertas estão aqui. Alguns topos de morros que apresentam clareiras, algumas áreas que sofreram com incêndio, um pouco mais sem vegetação. Chegamos nesse degradê, usando esse critério para identificar as áreas potenciais que poderiam ter o uso e acesso público. Com base nisso, qual o nosso objetivo? Desenvolver um estudo preliminar que estabeleça o que temos no parque hoje, e o que poderia ter e oferecer para a população – de acordo com o que temos de estudos e informações dos parques municipais, e com o que conversamos com o administrador do parque. O nosso objetivo é montar um memorial, com um programa sugerido. Quais são as atividades que a população quer, quais são os equipamentos, enfim. O que já temos no parque hoje, quais são as demandas do administrador? Sabemos que a área de serviços está muito precária, o administrador está sem ferramentas, sem maquinários. A ideia é montar um memorial, e já está em desenvolvimento realizamos um estudo de zoneamento dessas áreas. Onde poderíamos ter área de uso intensivo, que basicamente são as áreas de acesso e uso hoje? O que essa área precisaria ter para ser melhorada, para ter reforma de quadra, de quiosques, dos sanitários? Uma rede de iluminação e toda a demanda necessária fazendo parte do zoneamento, das outras áreas de uso. Trabalhamos, então, com três tipologias ou escalas desse zoneamento. A área de acesso público com uso intensivo, com quadras, e as churrasqueiras que já temos no parque. Uma segunda área, que seria de uso moderado. Como o próprio nome diz, você terá uso de contemplação, com trilhas de caminhadas, como o próprio parque que já tem o bosque dos direitos humanos. E há algumas áreas de plantio temático que possa ter trilhas terapêuticas, circuito para as crianças andarem no meio da mata, circuitos elevados para observação da mata e das aves. Enfim, atividades que se voltem, basicamente para atividades de educação ambiental, para que a população possa ter acesso ao espaço e, com isso ter contato com a própria natureza, sem ter um prejuízo para aquela área. Bem, este seria nosso zoneamento com o uso moderado. E uma terceira, que seria a zona de preservação máxima, que não pressupõe acesso público. Seria uma área isolada. Isso tudo faz parte e está dentro de um estudo preliminar. Esse estudo seria um produto número três, que está sendo feito no DEPAVE III, e sendo desenvolvido hoje. A questão do projeto de ampliação do parque é um projeto que recupere e reforme as estruturas existentes hoje, que estão em situações precárias. Que pense na demanda e na oferta de equipamentos, que aumenta a oferta de equipamentos sociais e, com isso, também estimule a recuperação ambiental desse entorno. Que estimule um enriquecimento de todo esse trecho que foi estudado. Para termos o projeto bem elaborado é preciso ter produtos anteriores. Um que é o diagnóstico ambiental, que já foi feito pelo DEPAVE I, DEPAVE III e DEPAVE VIII em conjunto. Um levantamento planialtimétrico cadastral da área para sabermos com que estamos trabalhando lá. Aqui temos as áreas de mata, onde estão as vegetações, onde estão as nascentes e os córregos. O Parque Anhanguera nunca teve um levantamento de sua área total. Na verdade o levantamento que pretendemos contratar é um levantamento parcial da área, que corresponde a treze por cento – no final passo esse dado. Na verdade, o que temos de informação dessa área de mapas são informações muito antigas, nós não sabemos se elas correspondem à realidade. Temos a carta da EMPLASA mostrando onde estão os córregos e nascentes. Se você mostra isso para o Administrador da área e para os outros funcionários, eles falam que aqui não tem córrego, que aqui tem um que não aparece. Precisamos de um levantamento mais fiel da área, onde estão as nascentes, onde estão esses córregos, para onde eles caminham, e se temos situação de erosão nessa área. Qual a densidade de vegetação dos bosques em cada um desses trechos? Tudo isso seria para desenvolvermos um projeto que, de fato, respeite esses elementos naturais da área. E o terceiro produto seria um estudo preliminar, essas diretrizes de projetos definidos dentro da Secretaria. Conseguimos fazer a contratação de um projeto bem embasado, tendo os limitantes que, de fato, respeitem aquela área. Já temos esse primeiro pronto, feito pelos três DEPAVES, o estudo preliminar que está em desenvolvimento pelo DEPAVE I e o levantamento planialtimétrico cadastral. A área desse levantamento foi definida em função desse diagnóstico. A partir desse mapa... Não a tenho aproximada, tenho só aquela menor, deixa-me voltar nela. Seria esta área aqui.

Sra. Mônica: Essa área em branco o que seria?

Sr. Diogo: Essas seriam áreas particulares que existem dentro do parque.

Sra. Mônica: Deveríamos primeiro desapropriá-las, isso tem que ser incorporado. Você vai fazer todo um plano sem que isso primeiramente seja incorporado?

Sr. Diogo: Podemos esperar, mas poderá demorar vinte anos para sair. Isso, com certeza, deve ser incorporado. Mas quando forem incorporadas, elas irão ser apresentadas como áreas potenciais para novos equipamentos e novos usos. Por exemplo, temos aqui e está sendo considerado nesta área, que é um grande sítio (se não me



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

engano). Ela tem uma área com um grande gramado e dois galpões para festas. Então, esse proprietário aluga o espaço para festas. Lógico que estas estruturas, futuramente, podem ser incorporadas e passar a receber novos usos. Isso não pressupõe uma qualificação do que o parque já oferece hoje.

Sra. Mônica: Mas quais são as restrições de uso desse espaço? O proprietário pode fazer o que quiser ali? Pode jogar pesticida, pode produzir batata, pode contaminar nascente? Pode fazer festa, espantar todos os bichos em volta? Porque uma propriedade particular no meio de um parque municipal?

Sr. Diogo: No começo da minha apresentação já falei sobre isso, mas você não pegou.

Sra. Mônica: Desculpe-me.

Sr. Diogo: Essas áreas em roxo estão todas em DUP, em processo de desapropriação. A secretaria tem a intenção de incorporar todas elas. Nós temos aqui uma área de chácara, parece um grande sítio. Este terreno aqui é da Melhoramentos e há um outro “biquinho” que não sei dizer qual o uso dele hoje, mas também é uma área particular. Então, estas três áreas em roxo são particulares. Estas quatro áreas estão em DUP, sendo que é intenção da Secretaria desapropriar essas áreas e incorporá-las ao parque, aumentando o seu perímetro, aumentando a sua área. No entanto, sobre o processo de desapropriação não temos controle. Tem processo que sai muito rápido e tem processo que demora anos e anos. Mesmo tendo essas áreas hoje para intervir, elas podem ser incorporadas ao parque e recebem usos adequados ao que oferecem. Isso não pressupõe que não possamos qualificar a área que temos hoje, como oferta para a população. Não são coisas divergentes, são áreas a serem complementadas.

Sra. Mônica: Não estou falando que é divergente. Só que acho que deve haver um uso restritivo dentro de uma filosofia de um parque. Preocupa muito você ter uma propriedade particular, sem ter qualquer uso restritivo. Principalmente o uso de agrotóxicos. Você está em um lugar onde tem nascente. Nós temos aprovado, aqui nesse Conselho, muitas desapropriações com o dinheiro do crédito de carbono. Eu gostaria que esse dinheiro fosse gasto nisso. O aterro está ali ao lado. Não podemos esperar vinte anos, pois esse dinheiro vai acabar. Gostaria de solicitar que isso acontecesse o mais rápido possível, e que atássemos o dinheiro com isso, porque é uma ação local. O que está faltando para desapropriar?

Sr. Rubens: Só para passar a informação, existe um processo de desapropriação, como o Diogo falou, mas em alguns casos é mais demorado. Os recursos de crédito de carbono têm sido utilizados bastante para as desapropriações. Inclusive aquela área da Melhoramentos já passou por esse Conselho – já foi votado e aprovado. Existe um processo, mas é que dependemos de disponibilidade de recursos, do levantamento fundiário, precisamos saber da documentação. O Departamento de Desapropriações da Secretaria de Negócios Jurídicos tem também todo um percurso para percorrer, até efetivar a desapropriação.

Sra. Mônica: Acho que o conselho e nós também podemos impulsionar para que isso seja agilizado. É nesse aspecto que vejo. Aquela propriedade da Melhoramentos é um deserto de eucaliptos. Vamos falar a verdade. Deveriam doar para recuperarmos, inclusive, e não para comprarmos. E essa área central aí é no meio, e não na borda. Eu acho muito prioritário, é uma prioridade número um. Fico com medo de terminar o dinheiro do crédito de carbono e não ser feito. Isso, para mim, é uma prioridade. Acredito que seja importante trazer, verificar quais são as pendências, trazer para o Conselho, para a coisa avançar neste aspecto, porque o crédito de carbono vem dessa região aqui. Nada mais justo que darmos um aditivo ao parque. Acredito nisso.

Sr. Diogo: Concordo totalmente com você. Eu não havia entrado nesse ponto, quando estava falando sobre as discussões iniciais. Um dos pontos iniciais, em relação a esse projeto de ampliação, era ver se não valeria à pena esperar. Há um grande gramado, tem casa, etc. São áreas que têm uma grande intervenção humana. Pensamos nesta possibilidade: será que é melhor esperar a viabilização dessas áreas? Deixar crescer o parque para as áreas que apresentem algum tipo de intervenção? Mas conversando com o pessoal da fauna e do herbário, e olhando o mapa e sua localização, vi que o negócio não pode ser tão assim direto. Porque, às vezes, em um primeiro momento de “bate e pronto” pode parecer ser mais sustentável você ir até lá e fazer uma quadra em uma área que já está aberta. Mas se você pensar no parque como um todo, não é o melhor local. Para nós ficou muito claro isso, com a observação deles. Aqui, por exemplo, temos a área de acesso público, que é à entrada do parque. Quase no limite temos aquela fábrica GAVA (?), que é a de farinha de osso. Esta irá permanecer neste local, de acordo com o que foi discutido com o Secretário, porque ela presta um serviço ambiental. Na verdade temos essa área grudada na



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

administração pública, sendo que o acesso se faz pela mesma estrada. Aqui temos a área de chácaras particulares. O que acontece? Temos aqui esta área que gruda no limite do parque, e esta que gruda na outra parte de Perus. Então, aqui temos uma grande barreira que isola a parte de baixo do parque da parte de cima. Isso, no ponto de vista da vegetação e da fauna, é horrível, é muito ruim. Tanto é que no levantamento que a fauna tem dessa área, os animais mais interessantes que circulam estão nessa área mais ao norte, na região maior. Eles não aparecem aqui em baixo, sendo que aqui tem uma característica diferente do que a de cima. Porque nós não temos um corredor formado. Então, junto com eles, falamos não. Sobre a área de administração pública que já é implementada a GAVA vai continuar. Quando essa área for viabilizada, é muito mais interessante remover o que temos aí. E recuperar isso aqui com uma área vegetada, para formarmos um corredor de passagem entre as duas áreas, em vez de crescer a área do parque aqui, como uma península, dentro da área vegetada. Se crescermos para cá estaremos consolidando essa barreira. Com isso garantiremos essa área de baixo, pois ela nunca vai ter uma sustentabilidade ambiental de fato. Ela não está conectada, de fato, com a parte de cima. Então, com base nessas considerações, de “bate e pronto” nós, do DEPAV I, quando fizemos o projeto, ficou claro que deveríamos tomar a área já ocupada. A partir desse diagnóstico ambiental, junto com as considerações da fauna e do herbário, revimos muita coisa que tínhamos de proposta. E começamos a entender que sim, seria muito mais interessante essa área que é ocupada hoje, pensar numa recuperação total dela, quando for viabilizada. E hoje pensar no crescimento do parque para as áreas onde temos trilhas abertas, clareiras, enfim, por conta de incêndios. As áreas têm potencial para serem ocupadas, mas parecem ter menos potenciais do que as áreas particulares. Concordo totalmente com você. Eu também considero isto uma prioridade – a incorporação delas. Infelizmente, não temos controle sobre todas as etapas do processo.

Sra. Mônica: Mas o Conselho pode fazer uma solicitação para saber como está isso, Rubens. Gostaria que isso fosse incluso na próxima pauta, para não ficarmos somente aprovando projetos, mas para sabermos como está esta desapropriação. Para utilizar o recurso do crédito de carbono, acredito ser isso uma prioridade, e também para a Secretaria. O Conselho tem esse caráter também de solicitar informações, para vermos se tem andamento. Porque sempre a pauta é só aprovação, aprovação, aprovação. Nós queremos aprovar isso.

Sr. Rubens: Eu já deixei anotado, e irei providenciar.

Sr. Diogo: A partir desse mapa elaborado com as áreas potenciais, aqui temos um mapa um pouco mais limpo. Selecionamos aquilo que está em verde claro, quase bege, que são as áreas de zoneamento de preservação máxima, com acesso restrito. E aqui temos as áreas em amarelo e vermelho – são as áreas que têm potencial para serem estudadas e para receberem algum tipo de uso. A partir desse mapa...

Sra. Mônica: No mapa o que temos em branco é o que?

Sr. Diogo: O que é branco é área particular. Temos aqui... (Inaudível) Com base nessa delimitação de áreas potenciais traçamos o limite dessa área de levantamento. Tudo que está em roxo claro e escuro é área de levantamento. O que está em verde claro é o que ficou de fora. Temos um miolo da área de levantamento que seriam as áreas que não têm potencial para serem ocupadas. Vocês vêem ali no nosso mapa – aquilo nem precisava ser levantado, pois é uma área que irá ser preservada. A diferença entre os dois roxos é que o mais claro está exigindo um cadastramento de toda a vegetação da área, para sabermos, de fato, o que tem nessas regiões. E o que está em roxo mais escuro são as áreas mais íngremes, que apresentam um bosque um pouco mais fechado. A empresa que vai fazer o levantamento não precisará fazer de toda a vegetação. Isso encareceria um pouco o levantamento. Então, esta seria a área a ser levantada, com este levantamento e mais o nosso diagnóstico ambiental, que são as áreas potenciais a serem estudadas para receberem algum tipo de uso, e o estudo preliminar que está em desenvolvimento. Com isso contrataríamos um projeto de reforma da área de visitação e da sua ampliação. Logicamente, com esses materiais em mãos, aí sim apresentaríamos para vocês novamente o estudo preliminar um pouco delineado. Esse estudo preliminar já está em desenvolvimento, mas para finalizá-lo precisaríamos ter já o levantamento iniciado. O levantamento também nos dá subsídio – para nós, do DEPAV I, fazermos um estudo preliminar mais amarrado. Com estes três produtos em mãos teríamos um produto bem embasado para podermos fazer a contratação do projeto. Há a justificativa para a contratação do levantamento, também já falei um pouco, e aqui os dados técnicos desse levantamento. Aqui é uma área total de levantamento de um milhão e duzentos e setenta e dois metros quadrados, que correspondem a vinte e três por cento. Desculpe, acho que são treze por cento – digitei errado. Posso refazer a conta, mas acho que são treze e vírgula oito por cento da área do parque. Porque o parque tem nove milhões e meio de metros quadrados. O orçamento referencial com base na tabela de CIURB (?) de



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

julho é de quinhentos e noventa mil, cento e cinqüenta e cinco e sessenta e quarto reais, sendo que o prazo de execução é de cento e vinte dias corridos. Como essa licitação é uma tomada de preço, só vai poder ser iniciada no ano que vem, por conta de estarmos no final do ano. A previsão é de receber o resultado desse levantamento em maio do ano que vem. Era isso que eu tinha para demonstrar. Quem tiver dúvidas ou quiser esclarecer...

Sra. Mônica: O que você quis dizer é que não temos informações sobre o parque todo. E isso é correto? Então você está fazendo só de uma parte? Não entendi muito bem.

Sr. Diogo: Na verdade o parque todo, que tem nove milhões e meio de metros quadrados, nunca teve um levantamento planialtimétrico (da área toda), o que seria até desnecessário. Numa área que você quer somente preservar, você não precisa levantar topografia exatamente. Seria um desperdício. São das áreas potenciais, não quer dizer que essa área irá ter uso. No que se refere a essa área em roxo, os levantamentos planialtimétricos que o parque já teve foram levantamentos pontuais para cada um dos equipamentos. Para o CRAS, para o viveiro, para a rede de água, como comentei, dentro do escopo de contratação da rede de água. Um levantamento bem pequeno, somente ao longo da rede de água. São levantamentos pontuais para cada um dos equipamentos. É um levantamento pouco maior, para poder estudar a situação dessas áreas e verificar, de fato, quais têm potenciais para algum tipo de equipamento de uso, e quais devem ser preservadas. Isso, na verdade, nunca teve. Um ponto positivo desse levantamento, que foi o próprio administrador que nos solicitou, foi que ele vai até esse limite de baixo aqui do parque. Ele vai fazer um levantamento das divisas desse pedaço de baixo do parque. Segundo o administrador, é um dos limites um pouco mais frágeis em relação à divisa. Porque aqui em baixo temos uma área de ocupação desordenada, temos muito acesso clandestino. Estou falando daqui, desta parte de baixo do parque. Realizamos um cercamento, mas uma marcação com totens, com marcos topográficos. É muito importante para garantirmos o nosso limite – hoje não sabemos muito onde ele está.

Sr. Rubens: Alguma pergunta dos Conselheiros? Não? Eu pergunto aos Conselheiros em relação à permanência do Diogo, pois parece que ele tem outro compromisso. Pergunto se vocês entendem como necessária a sua permanência, para entrarmos no processo de votação, caso alguém tenha mais alguma dúvida. Se não, ele fica liberado para atender os seus compromissos. Não? Então Diogo, obrigado pela apresentação. Se houver alguma dúvida que precise de esclarecimentos, nós procuramos por você.

Sr. Diogo: Eu vou deixar salva a apresentação aqui no Desktop, se vocês quiserem mostrar novamente.

Sr. Rubens: Então, voltemos aqui para nossa pauta, na verdade iniciando a pauta, pois iniciamos com a apresentação do Diogo. Passamos então para a votação dos projetos, que são assuntos da ordem do dia. Seguindo a rotina de votação, eu vou ler o resumo da proposta e as conclusões finais da comissão de avaliação do projeto, que, além de todo esse estudo, passa pela comissão de avaliação. “A primeira proposta é a contratação de projeto da nova rede geral de abastecimento do Parque Ananguera, proposto pelo DEPAVE I, na Secretaria do Meio Ambiente. Valor total da obra: cento e noventa e um mil cento e quarenta e sete reais e quinze centavos. Orçamento referencial final. A presente proposta faz intervenções relativas a reforma, manutenções, implantação de uma nova rede de água no Parque Ananguera. O presente visa contratar o projeto da nova rede geral de abastecimento de água no Parque, justificado pela precariedade e deterioração da atual rede de abastecimento de água. Contaminação de água em alguns pontos examinados e limitação da atual rede perante a previsão de reforma e reforma da área de visitação do Parque. Implantação de novos equipamentos, como o viveiro de produção de mudas, a Escola de Marcenaria e o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres. Temos toda uma análise, a conclusão final da Comissão de Avaliação”. Vou ler o último parágrafo dos considerandos da análise econômica. “Analisando a proposta de custo verificamos que a mesma é coerente com o tipo de produto pedido e que os valores estão dentro dos custos de mercado. Por conta disso não temos por que nos opor a respeito da viabilidade da proposta. Conclusão: Consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação de financiamento do FEMA. Esse parecer é da CAV de três de novembro de dois mil e dez”. Passemos para a votação. Resta alguma dúvida? Não? Então vamos à votação. Temos quorum. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da contratação do projeto da nova rede geral de abastecimento de água do Parque Ananguera levantem a mão. Mônica você tem dúvidas? Não? Então foi aprovado por unanimidade. Já na sequência, como tivemos uma apresentação sequencial também, iremos para a deliberação sobre a complementação de contratação do levantamento do plano altimétrico cadastral para ampliação da área verde de visitação pública do Parque Ananguera, contido no processo de dois mil e dez – 0175315. Esse processo está disponível para consulta dos Conselheiros. Na verdade ele já retornou, já passou por uma votação e foi aprovado, mas retornou para o Conselho porque houve um reajuste das tabelas de SIURB, que elevou o valor de



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

quinhentos e cinqüenta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais e sessenta centavos para quinhentos e noventa mil cento e cinqüenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos. O parecer técnico da comissão de avaliação tem o seguinte texto – como ele é curto irei lê-lo na íntegra: “Esse parecer é uma complementação do parecer anterior de folha vinte e nove a trinta e dois do processo, face às alterações que foram realizadas, no processo de número dois mil e dez zero cento e setenta cinco três um cinco. Considerando-se as informações de DEPAVE, a folha quarenta e sete do processo. Constatamos que o projeto sofreu alteração nos valores decorrentes da correção e da atualização da planilha orçamentária, conforme tabela de SIURB Edif de julho de dois mil e dez. Passando de quinhentos e cinqüenta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais e sessenta centavos para quinhentos e noventa mil cento e cinqüenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos. Verificamos que as especificações técnicas da presente contratação permanecem as mesmas e que a correção no quantitativo do projeto não alterou nenhuma das especificações dos serviços ou do objeto. Em vista desses fatos, consideramos que as alterações previstas no projeto não alteram o parecer anterior, emitido por esta comissão. Conclusão. A Comissão considera que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação de financiamento do FEMA. São Paulo, três de novembro de dois mil e dez. Então, passamos para a votação. Os Conselheiros que são favoráveis à complementação do parecer, por conta da alteração de valor da contratação do planejamento planialtimétrico cadastral, para ampliação de área verde para visitação do Parque Anhanguera levantem a mão. Então, foi aprovado por unanimidade. O terceiro ponto da ordem do dia. Apreciação de deliberação sobre a implantação do ponto de entrega voluntária do ECO PONTO VOITH para resíduos da construção civil e objetos volumosos, processo número dois mil e oito zero dois sete nove oitocentos e quinze nove. Esse processo também já foi submetido a esse Conselho, anteriormente. Houve aprovação da construção da obra do ECO PONTO, através da resolução oitenta e nove COFEMA barra dois mil e nove. Na ocasião, esse Conselho pediu que fosse acrescentada alguma questão de sustentabilidade, em especial o pedido da Conselheira Mônica. Ela pediu para que as construções dos equipamentos desse ECO PONTO tivessem aspectos de sustentabilidade, como aproveitamento de luz solar e do aquecimento, reaproveitamento de água, entre outros. O projeto foi revisto e volta a este Conselho devido às adequações e dado o tempo decorrido, reajuste das tabelas de EDIF, houve uma alteração significativa do valor. Irei ler o parecer técnico da Comissão também, para que possamos subsidiar a votação. A proposta – Implantação do ponto de entrega voluntária ECO PONTO VOIT para resíduos da construção civil e objetos volumosos. Proponente – LIMPURB CINCO DO NÚCLEO DE GESTÃO NORTE. Valor total – Duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos, conforme tabela de EDIF de dois mil e dez. Resumo da proposta – O ECO PONTO é um equipamento de importância incontestável para a cidade. Segundo artigo segundo do Decreto quarenta e dois mil duzentos e dezessete de vinte quatro do sete de dois mil e dois. Que regulamenta a Lei dez mil trezentos e quinze de trinta do quatro de oitenta e sete, a utilização do equipamento se dá por meio da recepção, transbordo e triagem de resíduos limitados a um metro cúbico de construção civil oriundos de construções, reformas, reparos, restaurações e demolições de obras de construção civil. Bem como os resultantes da preparação e escavação de terrenos, além de resíduos volumosos não provenientes de processo industriais e não removido pela coleta pública Municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens, peças de madeira, podas e assemelhados. O mesmo Decreto considera que o equipamento permitirá resguardar a qualidade de vida e as condições ambientais das áreas contíguas dos empreendimentos, bem como trará benefícios ao meio ambiente, pela utilização dos resíduos da construção civil, reciclados. Economizando matéria prima virgem não renovável. Descarte irregular de resíduos da construção civil e resíduos volumosos em vias de área pública, corpos d’água e outros. Será significamente reduzido com a criação de um maior número de áreas para o transbordo e triagem daqueles resíduos. A economia de recursos municipais com a redução de pontos de descartes irregulares de entulho em vias de áreas públicas. Bem como a redução das distancias do transporte daqueles resíduos e a otimização operacional dos equipamentos de coleta e transporte a cargo do Município. A conclusão da comissão que avaliou o projeto, ela considera que a proposta atende aos critérios estabelecidos para a contemplação e financiamento do FEMA. São Paulo, quatro de outubro de dois mil e dez. Então como eu disse, esse projeto já foi submetido e votado em uma primeira votação por este Conselho, com aprovação e as ressalvas levantadas pelo Conselho. Agora ele retorna com as adequações propostas. Pergunto se algum Conselheiro quer fazer algum comentário? Mônica, por favor.

Sra. Monica: Bem, cabe a mim... Realmente, na planta está colocada que vai ter aquecedor solar e um reservatório. Mas o fluxo, como vai funcionar isso aqui? Seiscentos litros para captar água de chuva é nada. Eu já vi que tinham colocado essa questão anteriormente, quando se capta água de chuva realmente os reservatórios têm que serem grandes. É ridículo colocar seiscentos litros para captar água de chuva. Não estou vendo aqui o filtro. Porque a água de chuva aqui de São Paulo é muito suja, precisa passar por um filtro biológico, com carvão e tal. E não estou vendo como será usada essa água aqui. Falta um memorial descritivo. Não colocar aqui um reservatório e depois um aquecedor solar – é isso que eu queria entender. Tínhamos pedido para o pessoal, os arquitetos, virem aqui na



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

reunião para conversar. Porque coitados, parece que eu sou uma chata. Mas isso aqui é de dois mil e oito. Vem uma planta, mas não vem um descritivo daquilo como vai ser feito. Se você altera alguma coisa na planta tem uma novidade, uma inovação. Tem que ter esse descritivo, como ele veio agora explicar todos esses detalhes.

Sr. Rubens: Se não me engano tem uma manifestação de LIMPURB, com relação aos equipamentos que me passaram, parece que são poucos equipamentos, de pequeno porte.

Sra. Monica: Sim, mas a água de chuva vai ser captada para quê? Como ele veio aqui explicar...

Sr. Rubens: Eu não li em detalhes o projeto. Somente superficialmente, até mesmo porque não é a minha especialidade.

Sra. Monica: Mas essa é a questão. Fica um “vai e volta”, de um serviço mal feito, por uma concepção; isso é uma novidade, uma inovação. As pessoas não têm isso na base delas. Chegamos aqui e falamos – queremos captação de água de chuva – a pessoa vai, faz um desenho do reservatório e pronto. Ele não tem uma concepção, uma formação. Ele deve colocar aquilo com contexto. Então fica um vai, volta, vai, volta. E quem é penalizado é a comunidade que não tem o ECO PONTO. Eu acredito que as pessoas que planejam e desenvolvem projetos tem que se qualificar com o Ramiro e o Diogo, para não ficar nessa “enrolação”. É uma “enrolação” total. Isso é para inglês ver? Ou fazemos, de verdade, isso, ou não dá. Nós solicitamos a presença dos técnicos das Subprefeituras, para apresentarem os projetos aqui. Se vocês têm duas pessoas muito qualificadas na Secretaria, elas deveriam assessorar esses projetos para não ficar nesse vai e volta.

Sr. Rubens: Mais algum comentário? Não. Então pergunto aos Conselheiros se vamos para a votação ou se retorna o processo para a LIMPURB. Solicitando os esclarecimentos que a Conselheira Mônica levantou?

Sra. Mônica: (inaudível), mas já foi feita essa solicitação na reunião passada. Acho que foi na passada.

Sr. Rubens: Na passada eu não sei, estava em férias.

Sra. Mônica: (inaudível)... que foi na reunião passada isso. Vocês estavam presentes, não estavam? Nós pedimos para o técnico vir. Sinceramente, ele faz um desenho e não explica nada. Ou nós somos palhaços ou ele é palhaço. Eu não vou aprovar isso, sem vir um descritivo memorial, para quê é esse reservatório que vocês estão falando? São seiscentos litros, isso não significa nada para captar a água da chuva. A pessoa que fez isso não tem noção do que está fazendo.

Sr. Rubens: Então adiamos a votação e pedimos esclarecimentos para a LIMPURB e submetemos a uma nova votação, com a presença...

Sra. Mônica: Eu solicitaria que o pessoal da LIMPURB fizesse um estágio com o pessoal daqui que já tem uma concepção mais moderna. Porque é difícil, se fosse algo fácil... Eu acho que o pessoal mais jovem que tem uma formação nessa área tem que apoiar as Subprefeituras, as outras Secretarias, a incorporar isso. É isso, se esses meninos orientarem, não viria isso aqui. É isso.

Sr. Rubens: Podemos conversar com o pessoal do DEPAVE I, os responsáveis pelos projetos da Secretaria e pedir para que eles acompanhem esse projeto, especificamente.

Sra. Monica: Quem vai avaliar isso são eles, inclusive.

Sr. Rubens: Existe um parecer da Comissão, da CAV, que analisa os aspectos técnicos...

Sra. Monica: Eu não sei qual é a especialização do pessoal da CAVI, mas esses dois aqui têm a capacitação. Tem questões técnicas na área de edificação, que a CAVI deveria ter uma equipe somente para isso aqui dentro.

Sr. Rubens: Existe uma CAV específica para projetos de caráter público, quando são apresentados pela Prefeitura. Nessa Comissão são colocadas as pessoas das áreas pertinentes. Se um projeto, por exemplo, da veterinária colocamos alguém da área para avaliar. Se for um projeto de obra, sempre tem um engenheiro ou um arquiteto



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

acompanhando também. Eu não sei te dizer quem são os membros da CAV, porque estou só com o resumo do projeto.

Sra. Monica: Tem o nome aí no processo. Eu não sei se essas pessoas fazem projetos, uma coisa é a pessoas achar que sabe alguma coisa, a outra é a pessoa que realmente faz. Para mim quem tem que avaliar é quem faz. Quem sabe fazer de verdade. Às vezes é uma pessoa que está em um cargo, mas não tem uma qualificação técnica. Não dá.

Sr. Rubens: Então, me comprometo a pedir a presença de alguém da LIMPURB, que elaborou o projeto, para esclarecer dúvidas e trazer esse memorial descritivo que a Mônica pede na reunião.

Sra. Monica: (inaudível) – E conversar com os “meninos”, ver no que eles podem ajudar, para ser uma coisa bem feita. Pegar modelos para que um vire modelo para os outros. Porque bate aqui toda hora e os ECO PONTOS não têm nada de sustentabilidade. Faz um bem feito e copia dos outros.

Sr. Rubens: Então, tiramos da pauta. Fica para a próxima reunião. O próximo ponto de pauta é a apreciação e deliberação sobre proposta de programa de educação ambiental no Parque Rodrigo Degasperi. Tratado em um processo de dois mil e dez - 0255310. Nós temos aqui o administrador do parque, o Luis Carlos, proponente do projeto que está aqui para esclarecer dúvidas. Eu não sei, acho até que o Luis Carlos poderia fazer um esboço geral do que é o projeto e fazer até uma apresentação do projeto para os Conselheiros e depois leremos o parecer técnico da Comissão e partirmos para a votação.

Sr. Luis Carlos: Meu nome é Luis Carlos Sampaio. Bom dia. Há dois anos fazemos um trabalho piloto de educação ambiental lá no parque. Neste ano conseguimos arredondar e fechar um programa único que atenda as escolas públicas da região. Foi estruturado por faixa etária e níveis de ensino, começando por educação infantil, depois ensino fundamental. Esse trabalho foi feito com o ensino fundamental, com uma monitoria do Plantando Futuro. Assim formatamos uma monitoria, só que nos pilotos vimos que precisava arredondar algumas coisas. Principalmente, quanto ao material. Foi aí que nasceu essa proposta. Estruturar o que fizemos de piloto e também estruturar a do ensino médio. A proposta está no ensino médio, mas ainda não conseguimos promover o piloto. Seria mais ou menos isso, estou a disposição para perguntas.

Sr. Rubens: Alguma pergunta dos Conselheiros?

Sr. Maestro (SVMA) - Eu não vi descrito quem será o responsável pelas monitorias, você faz somente uma relação dos gastos em material. Mas, quem será responsável pelo projeto mesmo?

Sr. Luis Carlos: Na equipe técnica eu descrevo o corpo. O corpo seria basicamente, eu e o administrador com formação em Biologia. Nós temos um engenheiro agrônomo no parque e os estagiários. Hoje o parque possui esse quadro de estagiários. Eu acho que eles têm que ser aproveitado totalmente nesse sentido.

Sra. Monica: Parabéns pela iniciativa e pelo trabalho. Eu sei o quanto é difícil chegar até aqui. Eu acho um absurdo você vir pedir esse dinheiro aqui. Queria te falar isso. Eu acho que qualquer parque público, qualquer administrador teria que ter esse dinheiro na mão, para tomar essa atitude. Eu acho que todos os parques deveriam ter um programa de educação ambiental no Município de São Paulo, integrados e compartilhados. Que tivessem jogos, coisas que tem em um parque e se pode usar no outro, sobre fauna, flora e assim por diante. Acho que está mais do que na hora de termos um programa de educação ambiental para os parques municipais da nossa cidade, integrado. Gostaria de parabenizá-lo, sinto muito que você tenha que vir aqui pedir cinco mil reais. Eu acho lamentável o desgaste burocrático para isso. Eu acho que já está mais do que na hora para a Secretaria ter um programa de educação ambiental com todos os parques. Nossa instituição atua nessa área e estamos aguardando isso. Tem muito coisa bacana feita em muitos parques e não existe verba para integrar tudo isso e fazer um circuito.

Sr. Luis Carlos: Existe essa dificuldade. Eu até comentei com o Rubens, sobre essa apresentação, que é fechar esse ciclo. Temos todas as atividades no parque. Nós fazemos uma divulgação nas escolas, conversamos pessoalmente com os Diretores das escolas, só que não conseguimos trazer essas escolas. Isso eu acho que entra um pouco nessa fala. Fechar uma política da Secretaria da Educação com a Secretaria do Verde, para que isso aconteça efetivamente. Para que não fique naquele trabalho de “formiguinha” o tempo inteiro.



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

Sr. Maestro: Gostaria de falar que já tem um rapaz desenvolvendo um programa junto aos parques da cidade, com a disponibilização inclusive de palestrantes. Temos um credenciamento de palestrantes, onde o parque inclusive pode fazer a sua programação, verificar quem são os palestrantes disponíveis. Nós temos recursos, e temos contratados para diversos parques. Tem tido programa de dança circular, de Tai Chi Chuan? e atividades de educação ambiental também têm sido desenvolvidas em vários parques da cidade. Claro que tem levar propostas, temos recebido dos parques. E não precisa passar pelo FEMA, é um recurso do próprio tesouro municipal. Não precisa vir pedir recurso ao fundo, para fazer esse tipo de atividade. Não sei se você tem esse tipo de conhecimento do...

Sr. Luis Carlos: Eu conheço todos os programas da UMAPAZ. Temos os cursos dos palestrantes lá, da dança circular, via Secretaria da Saúde. Tentamos desenvolver todas essas atividades, principalmente, no sentido de uma devolução do parque para a população, com todas as atividades somadas.

Sr. Rubens: Mais algum comentário? Mônica, por favor.

Sra. Monica: Eu coloco isso, pois nós temos que escrever, desenvolver e regulamentar uma política municipal de educação ambiental. Se não, a cada mudança de governo, cada um faz de um jeito. Precisamos garantir que isso tenha continuidade. O que falo aqui é que temos uma política nacional de educação ambiental, uma estadual e temos que ter uma municipal. É isso. E dentro de uma política de educação ambiental, nós temos um trabalho focado para os parques. E recurso para isso – vamos agregar nesse sentido. A UMAPAZ tem feito um trabalho excelente, só que ela não está respaldada por uma política, por uma lei. Aí cada governo vai fazendo de um jeito. Eu já vi muitos centros de educação ambiental, em gestões anteriores, ótimos e outros péssimos. Porque tem a política, não é valorizado e aí cada um vai fazendo de um jeito. É nesse aspecto, de realmente construirmos uma política e garantir uma continuidade das ações.

Sr. Rubens: Eu gostaria de fazer mais um comentário. Conversando com o Luis Carlos antes da reunião. ele me chamou a atenção para uma característica desse parque. Ele tem muita dificuldade por causa da frequência, tanto dos usuários como uma área do parque que até então era dominada por uma facção, digamos assim. Esse momento é o de se re apropriar daquela área do parque. E através de uma monitoria com trilhas, com uma educação ambiental, retomar essa área e passar para a população para que ela se aproprie. Para que o parque seja aproveitado como deve ser. Com relação à política de educação ambiental eu acho importante que a tenhamos. E o que nós estamos fazendo aqui hoje é fomentando uma política pública de educação ambiental. Aliás, o nome do nosso departamento é Departamento de Participação e Fomento às Políticas Públicas. Quando financiamos um projeto desse tipo com essa intenção, estamos fomentando a criação de novas políticas públicas, que dependem de discussões, dependem de recursos, dependem de uma série de procedimentos paralelos. Com certeza, através dessas iniciativas eles vão se concretizar. Eu acho que também o valor é irrisório, mas é o mínimo que o parque necessita para poder implantar essa política naquela região. Para pode se apropriar de uma área que é pública e devolver a população de uma educativa, de uma forma criativa. Assim, este Conselho e este Departamento estão fazendo a parte deles, no que se refere ao estabelecimento de políticas públicas. Eu acho que é o início de uma discussão, e a sugestão da Mônica é bem vinda sempre, como um “ponta pé inicial”, para que essa discussão venha à tona. Vamos dar prosseguimento a isso, através de projetos, das iniciativas da Secretaria. Eu acho importante, até a apresentação do Luis Carlos com a apresentação desse projeto e a iniciativa dele. Conseguimos provar que com muito recurso você consegue implantar e fazer muita coisa. Eu acho importante destacar esse aspecto do projeto. Mônica, você quer fazer mais algum comentário? Eu gostaria de ler o parecer técnico para que pudéssemos ir para a votação. “Parecer técnico da Comissão de avaliação do projeto”. Vou ler na íntegra porque ele é curto. “Segue abaixo parecer técnico da proposta de otimizar áreas verdes do Parque Rodrigo Degasperi para o programa de educação ambiental. O referido projeto possui como número de processo 201002505310. A proposta refere-se à análise de projeto de educação ambiental no Parque Rodrigo Degasperi, destinado a atender a rede pública de ensino do entorno. O Parque possui trinta e nove mil metros quadrados no Distrito de Pirituba. Está localizado na Bacia Hidrográfica do Córrego Verde, afluente do Rio Tietê. O projeto propõe, como metodologia, realizar oficinas, trilhas, jogos, entre outros, para alunos de educação infantil, do ensino fundamental e médio. O proponente é o próprio Parque Rodrigo De Gasperi, da SVMA. Valor do projeto – cinco mil trezentos e oitenta e quatro reais. Segue análise e avaliação da proposta e a conclusão do Conselho, da Comissão. A Comissão considera que a proposta atende aos critérios disciplinares, que são estabelecidos para a contemplação de financiamento do FEMA. São Paulo, vinte e oito de outubro de dois mil e dez. Pergunto se tem algum comentário em relação ao parecer. Podemos ir para a votação então? Os Conselheiros que são favoráveis ao projeto de programa de educação ambiental do Parque Rodrigo



58ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CONFEMA

Degasperi levantem a mão. O projeto foi aprovado por unanimidade. Gostaria de dar os parabéns para o Luis Carlos pela iniciativa. Dessa forma então concluímos a pauta do dia. Gostaria de somente destacar um comentário feito pela Conselheira Amélia, antes de iniciarmos a reunião. Quero lembrar que todas essas iniciativas do FEMA implicam, depois, em uma despesa para a Administração Pública na manutenção desses programas e desses projetos. Sempre lembrando que quando o projeto é aprovado aqui, ele tem reflexos no orçamento da Secretaria, das Subprefeituras, de LIMPURB e que isso já está previsto nos orçamentos, quando os projetos são aprovados. As Secretarias e Subprefeituras prevêm no orçamento um aporte de recursos para manutenção desses programas e projetos. Esperamos que quando da aprovação do orçamento na Câmara Municipal, esses recursos sejam contemplados para a manutenção. Assim como o ECO PONTO, assim como a revitalização de praças e a criação de novos parques implicam nesse aporte de recursos. No caso da Secretaria do Verde, nos últimos anos temos percebido que esse aporte tem vindo por parte da Administração Pública, tanto que o orçamento da Secretaria aumentou significativamente nos últimos anos. Achamos que tem, apesar de toda essa dificuldade. Amélia. Da manutenção desses projetos, estamos tendo respaldo da Administração Pública com relação ao aporte de recursos pelo menos no que se refere à Secretaria do Verde. O ambiente que conheço mais. Das Subprefeituras eu sei dizer se está sendo correspondido. Mas aqui temos percebido, até por conta da insistência e dos pedidos, que o Secretario faz para o Prefeito diretamente. Então, esse aporte tem vindo apesar das dificuldades e de não ser ainda o suficiente para tudo que gostaríamos de fazer. Mas temos sido atendidos na medida do possível. Esperamos que na próxima aprovação do orçamento desse ano, consigamos um pouco mais para investimentos do ano que vem. Aproveitando que a Amélia está aqui. Gostaria de agradecer a presença de todos e ficamos para a próxima reunião.